



ESTADO DO PARANÁ

PODER JUDICIÁRIO

Comarca de São João

DIREITO CONSTITUCIONAL

1 - Com base na Constituição Federal de 1.988, assinale a alternativa incorreta:

- A.** É livre a manifestação de pensamento, sendo assegurado o direito ao anonimato.
- B.** É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.
- C.** É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independente de censura ou licença.
- D.** São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
- E.** É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, proteção aos locais de culto e suas liturgias.

02 - Analise as seguintes proposições e assinale a alternativa que está em consonância com a Constituição Federal:

- I.** A dignidade da pessoa humana é um dos princípios que regem as relações internacionais da República.
- II.** A erradicação da pobreza e da marginalização constitui um dos objetivos fundamentais da República.
- III.** A soberania é um dos princípios que regem as relações internacionais da República.
- IV.** O pluralismo político constitui um dos fundamentos da República.
- V.** A defesa da paz constitui um dos objetivos fundamentais da República.
- VI.** A prevalência dos direitos humanos constitui um dos princípios que regem as relações internacionais da República.

- A.** As proposições I, III e V estão todas erradas.
- B.** As proposições II, V e VI estão todas certas.
- C.** As proposições II, IV e VI estão todas erradas.
- D.** As proposições I, II e VI estão todas certas.
- E.** As proposições IV, V e VI estão todas certas.

3 - Com base na Constituição Federal de 1.988, assinale a alternativa correta:



ESTADO DO PARANÁ

PODER JUDICIÁRIO

Comarca de São João

- A.** Caso um policial militar passe, durante a madrugada, diante de uma residência e observe que no local está ocorrendo venda de droga, nessa situação, ele deve aguardar o dia amanhecer para adentrar no local e prender os criminosos.
- B.** Para realizar manifestação no centro de uma cidade, um sindicato depende de autorização da autoridade de segurança pública.
- C.** Se, em sentença judicial transitada em julgado, José for condenado ao perdimento de bens importados ilegalmente e, durante o curso do processo, ocorrer o falecimento de José, nessa situação, os sucessores dele receberão o patrimônio, já que é pétrea a determinação de que nenhuma pena pode ser estendida aos sucessores do condenado.
- D.** Os direitos fundamentais dos indivíduos estão exemplificativamente enumerados na CF.

4 - Sobre os direitos e garantias fundamentais, é correto afirmar-se que:

- A.** os de primeira geração são denominados direitos negativos, de abstenção, focados no princípio da igualdade e fraternidade universal;
- B.** os de segunda geração, ao contrário, enfatizam o princípio da liberdade do cidadão em face do Estado, a busca de melhores condições de vida, a criação de políticas sociais de intervenção contra o arbítrio da liberdade individual;
- C.** as garantias têm caráter instrumental, são meios destinados a assegurar o exercício dos direitos, preservá-los ou repará-los, quando violados, como ocorre quando, no artigo 5º, X, da Constituição Federal, é assegurado o direito à indenização, pelo dano material ou moral decorrente da violação dos direitos à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas;
- D.** têm como características essenciais a temporariedade, excepcionalidade, irrenunciabilidade e concorrência.

5 – Assinale a alternativa incorreta:

- A.** São direitos sociais enumerados no artigo 6º da Constituição Federal: educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados.
- B.** Os nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil, são considerados brasileiros natos.
- C.** São privativos de brasileiro nato os cargos de Presidente e Vice Presidente; de Presidente da Câmara dos Deputados; de Presidente do Senado Federal; de Ministros do Supremo Tribunal Federal; de Ministros do



ESTADO DO PARANÁ

PODER JUDICIÁRIO

Comarca de São João

Superior Tribunal de Justiça; da carreira diplomática; de oficial das Forças Armadas e de Ministro de Estado da Defesa.

D. O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos e facultativos para os analfabetos, maiores de setenta anos e maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

DIREITO CIVIL

6 - Assinale a alternativa a alternativa INCORRETA:

A. O domicílio da pessoa natural, em regra, é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo.

B. Se a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio seu qualquer delas.

C. É também domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde esta é exercida.

D. Se a pessoa exercitar profissão em lugares diversos, ela deverá constituir um dos lugares como o seu domicílio.

E. Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar onde for encontrada.

7 - Com relação à prescrição no direito civil, é incorreto afirmar que:

A. Prescreve em 02 anos, a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos e rústicos.

B. Prescreve em 01 ano a pretensão dos credores não pagos contra os sócios ou acionistas e os liquidantes, contado o prazo da publicação da ata de encerramento da liquidação da sociedade.

C. Prescreve em 02 anos, a pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem.

D. Prescreve em 05 anos, a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular.

8 - Tornando-se impossível a prestação por culpa de um dos devedores solidários:

A. subsiste para todos o encargo de pagar o equivalente e as perdas e danos decorrentes da impossibilidade.

B. os devedores solidários não culpados respondem somente pelo encargo de pagar o equivalente.



ESTADO DO PARANÁ

PODER JUDICIÁRIO

Comarca de São João

C. fica insubsistente a solidariedade passiva, passando o devedor que impossibilitou a prestação a responder isoladamente pelo encargo de pagar o equivalente e pelas perdas e danos decorrentes.

D. os devedores solidários não culpados respondem somente por perdas e danos decorrentes da impossibilidade.

9 - Nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis:

A. por se tratar de direito potestativo da parte prejudicada, a resolução não poderá ser evitada, ainda que o réu na ação de resolução ofereça modificar equitativamente as condições do contrato.

B. os efeitos de sua resolução judicial retroagirão à data da citação.

C. o Juiz só poderá acolher o pedido de resolução se houver concordância do réu, para não ferir o princípio da autonomia da vontade.

D. a resolução judicial só produzirá efeitos a partir do trânsito em julgado da sentença.

10 - São anuláveis os negócios jurídicos quando os defeitos nas declarações de vontade emanarem de:

A. erro, dolo e simulação.

B. dolo, estado de perigo e fraude contra credores.

C. coação, lesão e simulação.

D. simulação, erro e estado de perigo.

E. ignorância, dolo e fraude contra credores.

DIREITO PENAL

11 - Assinale a alternativa incorreta:

A. No direito penal, não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.

B. No direito penal vigora o princípio da intervenção mínima.

C. É vedada no direito penal a retroatividade da lei quando esta for mais severa ao réu.

D. No direito penal é aplicável o princípio do *in dubio pro reo*.

E. Não se aplica-se no direito penal o princípio *ne bis in idem*.



ESTADO DO PARANÁ

PODER JUDICIÁRIO

Comarca de São João

12 - Assinale a incorreta:

- A. Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido.
- B. Quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplica-se-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de 1/6 até 1/2, salvo se a ação ou omissão é dolosa e os crimes concorrentes resultam de desígnios autônomos, pois nestes casos, as penas aplicam-se cumulativamente.
- C. Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, aplica-se-lhe a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada em qualquer caso, de 1/6 a 2/3.
- D. No concurso de crimes as penas de multa são somadas.

13 - No direito penal, não se extingue a punibilidade pela:

- A. Morte do agente.
- B. Anistia, graça ou indulto.
- C. Prescrição, decadência ou preempção.
- D. Retroatividade de lei que não mais considere o fato como criminoso.
- E. Retração do agente em todos os delitos que se procedem mediante ação penal pública.

14 - No que diz respeito à aplicação da pena, assinale a assertiva incorreta:

- A.** A pena-base será fixada atendendo ao critério do art. 59 do Código Penal; em seguida serão consideradas as causas de aumento e de diminuição de pena; ao final serão valoradas as circunstâncias agravantes e atenuantes.
- B.** São circunstâncias preponderantes no concurso de agravantes e atenuantes as que resultam dos motivos determinantes do crime, da personalidade do agente e da reincidência.
- C.** Há bis in idem quando o Juiz afasta-se da pena mínima em vista dos antecedentes e, pelo mesmo fato, agrava a pena pela reincidência.
- D.** No caso de concurso formal, inexistindo desígnios autônomos, o Juiz não poderá aplicar pena superior ao que seria cabível pela regra do concurso material.



ESTADO DO PARANÁ

PODER JUDICIÁRIO

Comarca de São João

15 - O advogado de "Alfa" alegou em sua defesa a tese da "inexigibilidade de conduta diversa". Se acolhida, isso importaria em:

- A. Alfa deve ser absolvido, pois o fato é atípico.
- B. Alfa deve ter a sua pena diminuída, pois não tem consciência volitiva.
- C. Alfa deve ter a sua pena diminuída ante o estado de necessidade.
- D. Alfa deve ser absolvido, pois não há culpabilidade.

PROCESSO CIVIL E PROCESSO PENAL

16 - Assinale a alternativa incorreta:

- A. Vigora no direito processual penal o princípio da busca da verdade formal.
- B. No processo penal, o magistrado deve julgar o pedido nos estritos limites em que foi feito, não podendo ampliar a acusação, piorando a situação do réu, sem aditamento da denúncia.
- C. No processo penal, são resguardados ao réu os direitos à ampla defesa e ao contraditório.
- D. O princípio da presunção de inocência tem por objetivo deixar explícito que o ônus da prova no direito penal cabe principalmente à acusação, e não, à defesa.
- E. A brevidade processual é um dos princípios que rege o direito processual penal, e tem como principal objetivo evitar medidas protelatórias.

17 - Assinale a incorreta:

- A. Os meios de prova estão previstos taxativamente no Código de Processo Civil.
- B. Não dependem de prova os fatos afirmado por uma parte a confessados pela parte contrária.
- C. Não dependem de prova os fatos admitidos no processo como incontroversos.
- D. Cabe ao réu o ônus de provar a existência de fato extintivo do direito do autor.

18 - Assinale a alternativa incorreta:

- A. Sempre que uma das partes requerer a juntada de documentos aos autos, o juiz ouvirá, a seu respeito, a outra, no prazo de cinco dias.



ESTADO DO PARANÁ

PODER JUDICIÁRIO

Comarca de São João

- B. A prova exclusivamente testemunhal só se admite nos contratos cujo valor não exceda o triplo do maior salário mínimo vigente no país, ao tempo em que foram celebrados.
- C. O juiz indeferirá a inquirição de testemunhas sobre fatos já provados por documentos, pela confissão da parte ou que só por exame pericial puderem ser provados.
- D. Podem depor como testemunhas todas as pessoas, exceto as incapazes, impedidas ou suspeitas.

19 - No que tange às provas no processo penal, assinale a alternativa incorreta:

- A. O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvado as provas, não repetíveis e antecipadas.
- B. Somente quanto ao estado das pessoas serão observadas as restrições estabelecidas na lei civil.
- C. São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais.
- D. No Tribunal do Juri é adotado o sistema de prova do livre convencimento motivado.

20. A regra da correlação ou da congruência:

- A. refere-se somente à causa de pedir.
- B. não foi adotada pelo legislador brasileiro.
- C. foi adotada pelo legislador brasileiro e não comporta exceções.
- D. está diretamente relacionada com o princípio do contraditório.

LEIS 9.099/95 e 8.078/90

21 - No sistema do Juizado Especial Cível, previsto na Lei no 9.099/95:

- A. O não comparecimento do autor à audiência possibilita ao juiz impulsionar o processo, tendo em vista a impossibilidade de conciliação pelo seu comportamento.



ESTADO DO PARANÁ

PODER JUDICIÁRIO

Comarca de São João

- B.** O acesso independe, tanto em primeiro quanto em segundo grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas.
- C.** O Juizado Especial Cível não tem competência para as ações de despejo para uso próprio.
- D.** Nas ações para reparação de dano de qualquer natureza, é competente tanto o foro do domicílio do autor quanto o do local do ato ou fato.
- E.** O recurso inominado deve ser recebido, em regra, nos efeitos devolutivo e suspensivo.

22 - Assinale a alternativa correta no que diz respeito às ações perante os Juizados Especiais:

- A.** Admite-se a citação do réu por edital, desde que se encontre em lugar incerto e não sabido.
- B.** O comparecimento espontâneo não supre a necessidade de citação pessoal do réu.
- C.** Os incapazes não podem propor ação perante o Juizado Especial.
- D.** A microempresa é admitida a propor ação perante o Juizado Especial.
- E.** Não se admitirá a intervenção do Ministério Público nas causas de competência do Juizado.

23 - Com base na Lei 9099/95, assinale a alternativa incorreta:

- A.** A sentença mencionará os elementos de convicção do juiz, com breve resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência, dispensado o relatório.
- B.** De toda espécie de sentença prolatada no Juizado Especial Cível caberá recurso para o próprio Juizado, que será julgado por uma Turma Recursal composta de 03 (três) Desembargadores.
- C.** No recurso, as partes serão obrigatoriamente representadas por advogado.
- D.** O prazo para interposição de recurso é de 10 (dez) dias, contados da ciência da sentença.
- E.** A execução da sentença processar-se-á no próprio juizado.

24 - Acerca dos institutos da composição civil dos danos e da transação penal na Lei n° 9.099/95, assinale a alternativa incorreta:

- A.** A composição dos danos civis, ainda que parcial, importará na renúncia ao direito de representação ou queixa, com a conseqüente extinção da punibilidade do autor do fato.



ESTADO DO PARANÁ

PODER JUDICIÁRIO

Comarca de São João

- B.** A composição civil, que consiste em reparação do dano, uma vez homologada, constitui título executivo judicial, a ser executado no juízo cível, após o trânsito em julgado.
- C.** Acolhendo a proposta de transação penal do Ministério Público e aceita pelo autor da infração, o Juiz aplicará a pena restritiva de direitos ou multa, que não importará em reincidência, sendo registrada apenas para impedir novamente o mesmo benefício no prazo de 5 (cinco) anos.
- D.** Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor transação penal com a aplicação imediata de pena de multa, sendo vedada a aplicação de pena restritiva de direitos.
- E.** Não se admitirá proposta de transação penal se ficar comprovado que o autor da infração foi condenado, pela prática de crime, a pena privativa de liberdade por sentença definitiva.

25 - Os Juizados Especiais Cíveis tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, assim consideradas as:

- A.** As causas cujo valor não exceda a 60 (sessenta) vezes o salário mínimo.
- B.** As ações de despejo em geral.
- C.** Todas as ações possessórias sobre bens imóveis.
- D.** As causas cujo valor não exceda a 40 vezes o salário mínimo.
- E.** As causas de natureza alimentar.

26 - Assinale a alternativa incorreta:

- A.** Não se admite no âmbito do Juizado Especial Cível qualquer forma de intervenção de terceiro, salvo a assistência e a formação de litisconsórcio.
- B.** Não se admite no âmbito do Juizado Especial Cível a reconvenção. Admite-se o pedido contraposto, desde que fundados nos mesmos fatos que constituem objeto da controvérsia.
- C.** Não se admite no âmbito do Juizado Especial Cível sentença condenatória ilíquida, ainda que genérico o pedido.
- D.** No âmbito do Juizado Especial Cível, o processo é extinto sem a resolução do mérito quando reconhecida a incompetência territorial.
- E.** No âmbito do juizado especial cível não se admite ação rescisória.

27 - Assinale a alternativa incorreta:

- A.** Considera-se infração de menor potencial ofensivo, para os efeitos da Lei n. 9.099/95, as contravenções penais e os crimes que a lei comine pena máxima não superior a 2 anos, cumulada ou não com multa.



ESTADO DO PARANÁ

PODER JUDICIÁRIO

Comarca de São João

- B.** A competência será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal.
- C.** Tratando-se de ação penal de iniciativa privada ou pública condicionada à representação, a composição dos danos civis homologada em audiência preliminar acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação.
- D.** Caso não seja obtida a composição dos danos civis, o não oferecimento de representação na audiência preliminar implica decadência desse direito.
- E.** O prazo para oferecimento de representação, quando a lei assim o exige, é de 6 meses, contado do dia em que o ofendido vier a saber quem é o autor do crime.

28 - De acordo com a Lei n. 9.099/95, assinale a alternativa incorreta:

- A.** Não se admitirá proposta de transação penal se ficar comprovado ter sido o autor da infração penal condenado, pela prática de crime, à pena privativa de liberdade, por sentença definitiva.
- B.** Não se admitirá proposta de transação penal se ficar comprovado ter sido o agente beneficiado, anteriormente, no prazo de 5 anos, pela aplicação de pena restritiva de direitos ou multa, nos termos do artigo 76 da Lei n. 9.099/95.
- C.** Aberta a audiência de instrução e julgamento, será dada palavra ao defensor para responder à acusação, após o que o juiz receberá, ou não, a denúncia ou queixa; havendo recebimento, serão ouvidas a vítima e as testemunhas de acusação e defesa, interrogando-se, à seguir, o acusado.
- D.** Da rejeição da denúncia ou queixa caberá recurso em sentido estrito, e da sentença, caberá apelação.
- E.** Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a 1 ano, abrangidas ou não pela Lei n. 9.099/95, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo por 2 a 4 anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizam a suspensão condicional da pena.

29 - De acordo com a Lei n. 8.078/90, assinale a alternativa incorreta:

- A.** Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.
- B.** Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.
- C.** Fornecedor é somente pessoa física ou jurídica de direito privado, nacional ou estrangeira, que desenvolva atividade de produção, montagem, criação,



PODER JUDICIÁRIO

Comarca de São João

ESTADO DO PARANÁ

construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

- D.** Produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial.
- E.** Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.

30 - De acordo com a Lei n. 8.078/90, assinale a alternativa incorreta:

- A.** O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produto não duráveis, e em noventa dias tratando-se de fornecimento de serviços e de produtos duráveis.
- B.** O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.
- C.** Não sendo sanado o vício do produto no prazo máximo de 30 dias, pode o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha, a substituição do produto por outro de mesma espécie, em perfeitas condições de uso; a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos; o abatimento proporcional do preço.
- D.** O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de 5 dias a contar de sua assinatura ou do ato do recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produto ou serviço ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio.

ENUNCIADOS DO FONAJE, DAS TURMAS RECURSAIS DO TJPR E CAP. 17 DO CÓDIGO DE NORMAS DA CGJ

31 - Com base nos Enunciados no FONAJE, é incorreto afirmar que:

- A.** Nas causas de valor superior a 20 salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica em revelia.
- B.** O comparecimento das partes à audiência é obrigatório. A pessoa jurídica poderá ser representada por preposto.
- C.** A contestação poderá ser apresentada até a audiência de instrução e julgamento.
- D.** As ações cíveis sujeitas a procedimentos especiais não são admissíveis nos Juizados Especiais.
- E.** Não se admite qualquer espécie de perícia nos Juizados Especiais.



ESTADO DO PARANÁ

PODER JUDICIÁRIO

Comarca de São João

32 - Com base nos Enunciados no FONAJE, é incorreto afirmar que:

- A. É vedada a acumulação simultânea das condições de preposto e advogado na mesma pessoa.
- B. Havendo a extinção do processo com base no inciso I, do artigo 51 da Lei n. 9.099/95, o autor é isento de custas.
- C. É taxativo o elenco das causas previstas no artigo 3º da Lei n. 9.099/95.
- D. Não são admissíveis as ações coletivas nos Juizados Especiais Cíveis.

33 - Com base nos Enunciados no FONAJE, é incorreto afirmar que:

- A. O conciliador ou juiz leigo não está incompatibilizado nem impedido de exercer a advocacia, exceto perante o próprio Juizado Especial em que atue ou se pertencer aos quadros do Poder Judiciário.
- B. A microempresa e a empresa de pequeno porte, para propor ação no âmbito dos Juizados Especiais, deverão instruir o pedido com documento de sua condição.
- C. A menor complexidade da causa para a fixação de competência é aferida pelo objeto da prova e não em face do direito material.
- D. É incabível a aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica no âmbito do Juizado Especial.

34 - Com base nos Enunciados no FONAJE, é incorreto afirmar que:

- A. Somente se admite conexão em Juizado Especial quando as ações puderem submeter-se à sistemática da Lei n. 9.099/95.
- B. O artigo 475-J do Código de Processo Civil aplica-se aos Juizados Especiais, ainda que o valor da multa somado ao da execução ultrapasse o valor de 40 salários mínimos.
- C. As ações nas quais se discute legalidade de juros são, em razão da necessidade de prova pericial, consideradas complexas para o fim da competência dos Juizados Especiais.
- D. É cabível a designação de audiência conciliação em execução de título extrajudicial.

35 - Com base nos Enunciados no FONAJE, é incorreto afirmar que:

- A. Inexistindo interesse de incapaz, o espólio pode ser autor nos Juizados Especiais Cíveis.
- B. A prerrogativa de foro na esfera penal afasta a competência dos Juizados Especiais Cíveis.



ESTADO DO PARANÁ

PODER JUDICIÁRIO

Comarca de São João

- C. O oferecimento de resposta oral ou escrita não dispensa o comparecimento pessoal da parte, ensejando, pois, os efeitos da revelia.
- D. A incompetência territorial pode ser reconhecida de ofício no sistema de juizados especiais cíveis.

36 - Com base nos Enunciados das Turmas Recursais do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, é incorreto afirmar que:

- A. A pessoa que não celebrou contrato com a empresa de telefonia não pode ser reputada devedora, nem penalizada com a inscrição de seu nome em órgão de restrição ao crédito, em razão da vulnerabilidade do sistema de contratação da referida empresa, configurando dano moral a inscrição indevida.
- B. A suspensão/bloqueio do serviço de telefonia sem causa legítima caracteriza dano moral.
- C. A instituição financeira não é responsável por danos causados por extravio de talonário de cheque antes de chegar às mãos do correntista se o transporte for realizado por empresa contratada.
- D. É inexigível a dívida contraída por terceiro em decorrência de furto/roubo/extravio de cartão de crédito, ainda que a comunicação à operadora tenha ocorrido posteriormente, configurando dano moral a inscrição do nome do titular do cartão em órgãos de restrição de crédito.

37 - Com base nos Enunciados das Turmas Recursais do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, é incorreto afirmar que:

- A. Rescindido o contrato de arrendamento mercantil, os valores pagos à título de valor residual garantido (VRG) devem ser restituídos ao arrendatário, na forma simples.
- B. O extravio de bagagem ou sua perda gera responsabilidade da empresa aérea pelos danos causados ao consumidor.
- C. A responsabilidade das concessionárias de pedágio é objetiva, salvo quando fundadas em ato omissivo, razão pela qual os acidentes provocados por obstáculos ou animais na pista de rolagem acarretam o dever de indenizar os danos por parte da concessionária.
- D. Não há como imputar ao consumidor a responsabilidade pela violação no medidor de energia elétrica com base em vistoria realizada pelos prepostos da concessionária de serviço sem a observância, quando da efetivação da medida, do devido contraditório.

38 - Com base nos Enunciados das Turmas Recursais do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, é incorreto afirmar que:



ESTADO DO PARANÁ

PODER JUDICIÁRIO

Comarca de São João

- A.** Constatado defeito no medidor de energia elétrica e, sendo desconhecida a causa, a cobrança do custo administrativo é indevida quando não evidenciada a má-fé do consumidor.
- B.** A suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, sem prévia comunicação, acarreta dano moral.
- C.** A recusa indevida de cobertura de plano de saúde acarreta, em regra, o dever de indenizar os danos causados ao consumidor.
- D.** O recibo de quitação passado pelo beneficiário à seguradora impede o ajuizamento de ação para o recebimento de diferença do valor da cobertura.

39 - Com base nos Enunciados das Turmas Recursais do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, é incorreto afirmar que:

- A.** O prazo prescricional das ações de cobrança de seguro obrigatório é de 3 anos.
- B.** A apresentação de cheque pré-datado antes da data ajustada acarreta dano moral.
- C.** Realizado o pagamento de dívida em atraso, incumbe ao devedor interessado solicitar o cancelamento ou suspensão do protesto.
- D.** O valor da indenização por danos morais pode ser arbitrado em salários mínimos.

40 - Com base nos Enunciados das Turmas Recursais do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, é incorreto afirmar que:

- A.** O assalto à mão armada, dentro de veículo de transporte rodoviário, caracteriza fato de terceiro estranho à atividade da transportadora, sendo, portanto, incapaz de gerar responsabilidade e dever de indenizar.
- B.** Havendo estacionamento na instituição de ensino ou no estabelecimento comercial, evidente o dever de vigilância e custódia sobre os automóveis, sendo tais entes responsáveis pelos danos causados.
- C.** São indenizáveis as despesas contraídas pelas partes com a contratação de advogado para defesa de seus interesses em juízo.
- D.** É válida a citação da pessoa física quando a respectiva carta é entregue no seu endereço, ainda que não seja por ela recebida.



PODER JUDICIÁRIO

Comarca de São João

ESTADO DO PARANÁ

GABARITO

1 - A	21 - D
2 - A	22 - ANULADA
3 - D	23 - B
4 - C	24 - D
5 - C	25 - D
6 - D	26 - A
7 - A	27 - D
8 - B	28 - D
9 - B	29 - C
10 - B	30 - D
11 - E	31 - E
12 - D	32 - B
13 - E	33 - D
14 - A	34 - C
15 - D	35 - B
16 - A	36 - C
17 - A	37 - C
18 - B	38 - D
19 - D	39 - D
20 - D	40 - C

PROVA

ASSINATURA DO CANDIDATO: _____



ESTADO DO PARANÁ

PODER JUDICIÁRIO

Comarca de São João

PROVA SUBJETIVA PRÁTICA

Elabore uma sentença de mérito, dispensado o relatório na forma no artigo 38 da Lei n. 9.099/95, com base nos seguintes dados:

Fulano de Tal, qualificado nos autos, celebrou contrato verbal de transporte com a pessoa jurídica Brasil Transportes Ltda ME, tendo por objeto o transporte de uma tonelada de placas de gesso do Município de Porto Alegre, até o Município de São João, onde reside o autor, tendo sido acordado o pagamento da quantia de R\$ 10.000,00 pelo serviço.

Alegando que a parte ré não cumpriu com as suas obrigações, haja vista que não entregou a mercadoria no prazo acordado, e que várias placas de gesso foram entregues quebradas, Fulano de Tal ajuizou ação de indenização por danos materiais, cobrando a quantia de R\$ 5.000,00, a qual despendeu para compra de novas placas de gesso, conforme recibo de compra anexado á inicial, e danos morais.

A parte ré não apresentou proposta de acordo, optando por contestar a ação, alegando, preliminarmente, a nulidade da citação, haja vista que a carta de citação fora recebida em seu endereço por pessoa estranha ao quadro de seus funcionários. No mérito, alegou que as placas de gesso não foram entregues no prazo acordado porque o autor não havia cumprido com sua obrigação no contrato, qual seja, o pagamento da quantia de R\$ 15.000,00 pelo serviço de transporte; que não eu causa às quebras de algumas placas de gesso, as quais foram avariadas pelos homens contratados pelo próprio autor para descarregá-las. Por fim, alegou que não são devidos danos morais.

Instados a produzirem provas, ambas as partes requereram pelo julgamento antecipado da lide, diante da desnecessidade de produzir prova oral em audiência.